


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPRE 5.2 - Serviço de Gestões das Dívidas, Conciliações e Rateios dos Depósitos - Letras I a P

Endereço: Rua dos Sorocabanos, 680

Ipiranga - CEP 04202-001 - São Paulo - SP

Fone: (11) 2272-6347 - E-mail: depre5.2@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo DEPRE nº: **9000249-25.2015.8.26.0500/03**
 Ent. Devedora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR**
 Assunto: **Sanções Art. 104 do ADCT**

CONCLUSÃO

Em 24 de abril de 2019, faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Desembargador Dr. ALIENDE RIBEIRO, Coordenador da Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos.

NILSON ALVES DE ALMEIDA

Diretor

DEPRE

Visto.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR, instada a providenciar o depósito referente à insuficiência do exercício de 2018, no valor de **R\$1.838.309,76** em 28/02/2019 (pág. 86), ficou-se inerte, conforme certidão de pag. 93, de forma que se encontra em mora frente às regras e aos padrões previstos na EC 99/2017, e a ausência de tempestiva liberação dos recursos de que trata o art. 104 do ADCT, exige a imposição das sanções previstas nos incisos I, II, III, IV e parágrafo único, deste mesmo dispositivo.

Para tanto:

(a). – Encaminhe-se à E. Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para que seja instaurado, de ofício, procedimento tendente a sequestrar da PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR o valor de R\$1.838.309,76, que deverá ser depositado junto ao Banco do Brasil, 100% na conta “Ordem Cronológica” (nº **0.600.131.602.312**);

(b). – Oficie-se ao Ministério Público para eventual abertura de procedimento civil, tendente a apurar desvio de probidade, na forma do Inciso II, do art. 104 do ADCT;

(c). – Oficie-se à Secretaria do Tesouro Nacional, para que seja obstada autorização para empréstimo externo ou interno, bem como para impedir transferências voluntárias, nos termos do parágrafo único do art. 104 do ADCT. No mesmo ofício deverá ser requisitado à União que retenha os repasses relativos ao Fundo de Participação dos Municípios, providenciando o depósito do montante na conta judicial do Banco do Brasil, 100% na conta “Ordem Cronológica” (nº **0.600.131.602.312**);

(d). – Oficie-se ao Tribunal de Contas para as providências cabíveis;

(e). – Oficie-se à PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR para conhecimento e providências cabíveis;

(f). – Faça constar do Cadastro de inadimplentes do CNJ, na forma das Resoluções 115 e 123, o nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR.

São Paulo, 24 de abril de 2019.

ALIENDE RIBEIRO

Desembargador Coordenador da

Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos

DEPRE

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**